



PRIVATIZAÇÃO

Haitong, EY e SRS ajudam Parpública a vender Efacec

A Parpública já escolheu a auditora que avalia a indemnização, o banco e o escritório de advogados que vão assessorar a venda da Efacec.

MARIA TEIXEIRA ALVES

mtalves@jornaleconomico.pt

O Haitong Bank, a sociedade de advogados SRS e a consultora EY são as três entidades já escolhidas pela Parpública para a reprivatização da Efacec Power Solutions, SGPS, apurou o Jornal Económico.

O Haitong Bank foi escolhido no concurso lançado pela holding do Estado, para assessor financeiro da reprivatização da empresa que era de Isabel dos Santos e que foi nacionalizada no início do mês. O contrato ainda não foi assinado, sabe também o JE.

O escritório de Pedro Rebelo de Sousa será o assessor jurídico.

Já a consultora é a EY, tal como o “Expresso” já tinha avançado. A EY é uma das instituições independentes que irá avaliar a Efacec para determinar o valor da indemnização que o Estado irá pagar pela nacionalização da participação de Isabel dos Santos na empresa.

A Parpública não quis fazer comentários.

Segundo as nossas fontes o Governo quer que a venda da Efacec se faça até ao fim do ano, o que fontes do mercado admitem ser “um calendário demasiado apertado”.

O Decreto-Lei n.º 33-A/2020 de 2 de julho que enquadrava a apropriação pública, por via da nacionalização da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec Power Solutions, SGPS, define já o modelo que será seguido na operação de privatização. Segundo o Artigo 9.º [Reprivatização] do DL, “no mais curto prazo possível, o Estado procede à alienação da participação no capital social da Efacec, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, na sua redação atual, devendo para o efeito o Governo iniciar as diligências conducentes à mesma no momento da entrada em vigor do presente decreto-lei”. Ora o artigo da Lei-quadro das privatizações para que remete este decreto-lei é precisamente a venda direta. Diz a lei-quadro, no artigo em causa, que “quando o interesse nacional ou a estratégia definida para o sector o exijam ou quando a situação económico-financeira da empresa o recomende, poderá proceder-se:



Foto cedida

b) Por venda directa, à alienação de capital ou à subscrição de acções representativas do seu aumento”.

Para além da EY, deverá haver uma segunda avaliação independente. Pois o artigo 5.º da lei-quadro fala de uma “avaliação prévia”.

“O processo de reprivatização da titularidade ou do direito de exploração dos meios de produção e outros bens nacionalizados a que se refere o artigo 1.º será sempre precedido de uma avaliação, feita, pelo menos, por duas entidades independentes, escolhidas de entre as pré-qualificadas em concurso realizado para o efeito”, lê-se no articulado da lei.

As acções da Efacec passaram para o Estado, quando foi nacionalizada, “livre de quaisquer ónus ou encargos, para todos os efeitos legais”, pelo que caiu o arresto e a penhora das acções que detinham os bancos credores Montepio, BPI, BIC Angola, CGD, Novo Banco e BCP, pelo empréstimo concedido à Winterfell 2, e que está neste momento em 110 milhões. Este montante já está provisionado em todos os bancos, incluindo no Montepio, apurou o JE.

O ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, esclareceu na conferência de imprensa onde comunicou que o Estado tinha nacionalizado os 71,3% da Efacec que será paga uma indemnização. Pois a lei-quadro das privatizações diz que “aos titulares da participação social

nacionalizada ou aos eventuais titulares de ónus ou encargos constituídos sobre a mesma, é reconhecido o direito à indemnização”. Mas o DL de nacionalização da Efacec já abre a porta a que os bancos reclamem o direito a essa indemnização, provavelmente através de um processo de insolvência da Winterfell 2, que tem sede no Luxemburgo, o que implicaria que se registassem como credores da massa falida que seria essencialmente composta pela indemnização do Estado. Isso mesmo diz no DL: “O despacho que fixar o valor da indemnização pode determinar a resolução em benefício da massa patrimonial, com as necessárias adaptações, dos atos considerados prejudiciais, nos termos do capítulo V do título IV do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, na sua redação atual.”

As avaliações vão agora começar, e como tal ainda não há nenhum candidato melhor posicionado. O “Expresso” noticiou alguns interessados na Efacec. Na corrida estariam fundos como Alpac, Sodecia, Elsewedy, Ormazabal, Iberdrola, Oaktree e First Reserve. O semanário dizia também que Egípcia Elsewedy estaria com a oferta mais alta no anterior concurso que tinha sido conduzido pela StormHarbour, antes da nacionalização. ●



ifthenpay Referências Multibanco para a sua empresa
www.ifthenpay.com

ET CETERA
'Chefs' contra a pandemia
Apesar da crise e das incertezas, o setor da restauração de autor está a viver um momento dinâmico, em Lisboa, Porto e no interior. Inaugurações, novas parcerias, novos serviços são chave. **P6 e 7**

Nº 2052 | 31 julho 2020

O Jornal Económico
www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | **Diretor Adjunto** Shrikesh Laxmidas | **Subdiretor** Leonardo Ralha
Diretor de Arte Mário Malhão | **Preço** €3,20 (continente) | Semanário, sai às sextas

ENTREVISTA

“Espuma mediática ilude e disfarça” responsabilidades na venda do Novo Banco

Eduardo Catroga diz que polémica sobre Novo Banco serve para disfarçar eventuais responsabilidades do Governo, BdP e Bruxelas no modelo de venda ao Lone Star. Numa longa entrevista, ex-ministro das Finanças aborda a escolha de Centeno para governador, o plano de Costa e Silva, a TAP, a Efacec, a reindustrialização e a eventual recondução de Mexia na EDP. “Os acionistas sabem que as acusações são infundadas”, diz. **● P4**

Santander prepara-se para aumento do malparado após fim das moratórias

Em entrevista, CEO do banco admite subida do incumprimento no crédito a partir de março de 2021. “É natural que isso venha a acontecer, mas estamos preparados”, diz Pedro Castro e Almeida. Lucro do semestre cai 37% para 173 milhões. **● P20**

INTERNACIONAL
“Ajuda externa tem de evitar o colapso de países vulneráveis” **● P16**



Ulisses Correia e Silva
Primeiro Ministro de Cabo Verde

Auditoria da Deloitte ao BES/NB só será entregue no próximo mês

António Costa garantiu que a auditoria à gestão do BES e do Novo Banco entre 2000 e 2018 seria entregue hoje, mas ao que o JE apurou haverá apenas uma versão preliminar. Relatório completo será entregue até ao fim de agosto. **● P10**

FINANÇAS PÚBLICAS
Analistas vêm como “otimista” a projeção de Leão para défice público de 7% este ano **● P8**

PRIVATIZAÇÃO
Parpública contrata Haitong, SRS e EY para ajudar a vender Efacec **● Última**

FÓRUM ADVISORY
Líderes das maiores sociedades de advogados revelam previsões para retoma **● P28**

AVIAÇÃO
Reestruturação da TAP passa por BCG ou McKinsey. Novo CEO é Ramiro Sequeira **● P3**

A SAÚDE ESTÁ CÁ DENTRO
Revista **saúde notícias**

BAROMETRO EY
EY Building a better working world
ey.com
Página 27